

ESTRATÉGIAS DE ACESSO AOS ALIMENTOS PELAS FAMÍLIAS TITULARES DE DIREITO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

STRATEGIES ACCESS OF TO FOOD BY HOUSEHOLDS RIGHT HOLDERS OF BOLSA FAMÍLIA PROGRAM

Lilian Nunes dos Santos¹

Daniela Ferron Carneiro²

Suely Teresinha Schmidt³

Islandia Bezerra⁴

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo identificar e descrever as principais estratégias de acesso aos alimentos para enfrentamento da situação de insegurança alimentar (IA) das famílias titulares de direito do Programa Bolsa Família (PBF) de Colombo/PR. O PBF foi criado em 2003 e consiste na Transferência Condicionada de Renda (TCR), tendo como único critério de seleção a renda familiar. A amostra foi composta por 25 famílias, residentes nas áreas de abrangência de Unidades de Saúde dos três Distritos Sanitários do município. Como metodologia optou-se por uma abordagem qualitativa, mediante a realização de entrevistas semi-estruturadas. Também se fez da utilização de dados secundários. As categorias elencadas foram: relação com as compras, presença de instituições assistenciais ou comunitárias e estratégias intra-familiares. Identificou-se que 100% das mulheres são titulares de direito do PBF, o rendimento familiar per capita médio e o valor médio da TCR foi de R\$186,67 e R\$170,80, respectivamente (o equivalente em dólar a \$ 49,99 e \$ 45,74). Em relação às compras, 52% realizam compras semanal e 56% mensal. Das famílias entrevistadas 52% recebem assistência alimentar e 60% relataram diminuição da quantidade de alimentos e arranjos na distribuição intrafamiliar. Os resultados desse estudo demonstram que a maioria das famílias ainda apresenta dificuldade de acesso ao alimento, no entanto, registra-se também que outras famílias, aos poucos, apresentam maior possibilidade de comprar os itens básicos da alimentação. Conclui-se que é necessário além da TCR, outras políticas e programas governamentais que contribuam como estratégias para a segurança alimentar e nutricional destas famílias.

Palavras-chave: Estratégias Alimentares; Transferência de Renda; Segurança Alimentar e Nutricional.

Artigo Científico: Recebido em xx/xx/2015 – Aprovado em xx/xx/2015

¹ Graduanda de Nutrição e Iniciação Científica/UFPR. E-mail: lilian_ctma@yahoo.com.br

² Nutricionista. Mestre do Programa de Pós-Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional/PGSAN-UFPR. E-mail: danifercarneiro@gmail.com

³ Nutricionista. Dra. História/UFPR. Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional/PGSAN-UFPR R. E-mail: suely.ufpr@gmail.com

⁴ Nutricionista. Dra. Ciência Sociais/UFRN. PhD em Desenvolvimento Regional/UACH-México. Professora Adjunta do Departamento de Nutrição/UFPR e do Pós-Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional/PGSAN-UFPR. E-mail: islandia.ufpr@gmail.com (autor correspondente)

Abstract

This study aims to identify and describe the key strategies of access to food to confront the food insecurity (IA) of families holders of the right of the Bolsa Família Program (PBF) Colombo/PR. The PBF was established in 2003 and consists of the conditional cash transfer (CCT) on the sole criterion of selecting the family income. The sample consists of 25 families residents in the areas of Health Services coverage of the three districts of Colombo. The methodological approach was qualitative, through the use of secondary data and data collected through semi-structured. The listed categories were: relationship with the purchases, the presence of welfare institutions or community and intra-family strategies. It was identified that 100% of women are GMP right holders, the average per capita household income and TCR was R\$ 186.67 and R\$ 170.80, respectively (equivalent dollar a \$ 49,99 and \$ 45,74). In relation to purchases, 52% perform weekly purchases and 56% monthly. 52% of the interviewed families receive food assistance and 60% reported decrease in the amount of food and arrangements in intrafamily distribution. The results of this study shows that most families still presents difficulties in access to food, however, is recorded also that other families gradually have greater ability to buy basic food items. Concludes that it is necessary in addition to the TCR, other government policies and programs that contribute to strategies for food and nutrition security of these families.

Keywords: Strategies Food; Conditional Income Transfer; Food and Nutrition Security.

1 Introdução

Segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006), por Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) entende-se “a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (BRASIL, 2006).

O tema da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) atualmente possui significativa relevância, dado o seu enfoque nas questões que tratam da alimentação, sobretudo, considerando este tema como social. Ainda que a sociedade conte com tecnologias e avanços científicos, pode-se dizer que grande parte da população mundial sofre com a situação de vulnerabilidade alimentar (TADDEI, et al, 2012).

É importante salientar que não apenas as pessoas que passam por restrição de alimentos estão em Insegurança Alimentar (IA), mas também aquelas que têm o acesso a uma alimentação inadequada e que, em sua maioria, não contribui para o bom funcionamento do organismo, ou ainda, não cumprem para a reprodução simbólica de aspectos culturais como técnicas de preparo, formas de

partilha entre outros. Dentre estes, destacam-se os produtos altamente ultraprocessados que por sua vez possuem quantidades elevadas de sódio, açúcares e gorduras, que além de não agregar nutricionalmente potencializam o surgimento de doenças crônicas não transmissíveis tais como diabetes, hipertensão arterial, obesidade, dislipidemias e outras doenças relacionadas (MAHAN; ESCOTT-STUMP; RAYMOND, 2013).

No Brasil como em vários outros países, parte da população vive em situação de IA, ou seja, essas pessoas não têm acesso a quantidade e variedade de alimentos para suprir suas necessidades nutricionais (OLIVEIRA, et al, 2009).

Situações como essa acabam por violar um dos direitos de todo o cidadão brasileiro que é o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), com acesso regular e permanente de alimentos saudáveis e seguros, em quantidades e qualidade adequada, respeitando a cultura alimentar. Mesmo sendo a alimentação um direito humano básico, nem todas as pessoas tem acesso ao alimento (VALENTE, 1997). O Brasil como outros países enfrenta o problema da fome, quando as famílias ficam sem acesso ao alimento em quantidade e qualidade suficiente para atender às necessidades nutricionais. No caso do Brasil, em especial, tal constatação materializa uma grande contradição, já que é produzido quantidade suficiente de alimentos para suprir a necessidade de

toda população, mas o alimento infelizmente não chega onde mais precisa (TADDEI, et al, 2012).

Para enfrentar esta realidade, o Estado brasileiro - desde 2003 - vem trabalhando em uma série de iniciativas que traz o enfoque da SAN, entre estas, a criação e a implantação do Programa Bolsa Família (PBF) que foi criado em 2003 e consiste na Transferência Condicionada de Renda (TCR). Entre as condicionalidades pode-se listar: a manutenção de ações de profilaxia (vacinação); o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos; acompanhamento nutricional para mulheres na faixa de 14 a 44 anos e, as gestantes ou nutrizes, devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê; crianças e adolescentes com idade entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e apresentar frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária, já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência mínima de 75% (BRASIL, 2011).

O PBF é muito criticado por boa parte da população, que julga os titulares de direito como não trabalhadores que recebem o benefício e gastam com coisas supérfluas, mas existem estudos que demonstram que essa não é a realidade. O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) divulgou um estudo feito com titulares de direito e investigou quais eram os principais destinos da TCR do Programa e constatou que o principal gasto era com a alimentação (87%). Os outros principais destinos eram na compra de material escolar (46%), vestuário (37%), remédios (22%) e gás (10%) (IBASE, 2008).

Quanto ao tema SAN, diversos autores tem investigado se as pessoas estão ou não em segurança alimentar. Cabral, et al, (2013), fez um estudo com titulares de direito do PBF e avaliaram alguns fatores, dentre eles, o perfil socioeconômico e nutricional. Os resultados mostraram que 92,6% das famílias relataram que utilizavam o recurso do PBF para a compra de alimentos. Quanto a IA 91,2% das famílias apresentavam algum tipo de IA, sendo que cerca de 80% das famílias com crianças apresentaram IA moderada e grave, enquanto nas famílias compostas somente por adultos essa prevalência foi de 38%. Oliveira, et al (2009) também encontrou alto nível de IA no estudo realizado com crianças no Semi Árido do Nordeste, e identificaram que apenas 13% das famílias

estavam em segurança alimentar, e 40,2% apresentavam IA na forma moderada.

Monteiro (2013) demonstrou nos seus resultados uma prevalência total de insegurança alimentar (IA) de 81,6% das famílias inseridas no PBF, sendo que a distribuição das prevalências de SAN e IA não foram homogêneas nas áreas de abrangência das 19 Unidades de Saúde pesquisadas em Colombo. O IBASE (2008) divulgou os resultados de uma pesquisa realizada com famílias titulares de direito do PBF, onde a prevalência de IA foi de 83,1%, muito semelhante aos resultados encontrados em Colombo. A prevalência de IA de Colombo é maior quando comparada à da região sul do país (81,6% e 72,9% respectivamente). Esses dados mostram que as famílias entrevistadas nesse município apresentam piores condições de acessibilidade alimentar quando comparadas à média das famílias da região sul (MONTEIRO, 2013).

No entanto, apesar dos dados ainda alarmante, cabe aqui ressaltar que a TCR é uma das estratégias de governo responsáveis pela saída do Brasil do Mapa Mundial da Fome. Sobre esta afirmação, de 2002 a 2013 o percentual de brasileiros considerados em situação de subalimentação caiu em 82% (BRASIL, 2015).

Monteiro (2013) demonstra em seus resultados dados importantes acerca da prevalência de IA entre as famílias do PBF em Colombo. Entretanto, algumas questões precisariam ser melhor investigadas a fim de entender como tais famílias se inserem na situação de SAN ou IA, levando em consideração, por exemplo, situações limites e de como as famílias driblam estas condições.

O presente estudo teve como objetivos identificar quais as estratégias que os titulares de direito do PBF utilizam a fim de garantir a alimentação no âmbito familiar, e verificar se existe outro tipo de apoio, como exemplo, a ajuda de entidades sócio assistenciais ou da própria comunidade.

2 Metodologia

O presente estudo faz parte de uma pesquisa maior intitulada “Bolsa Família, segurança alimentar e nutricional de seus integrantes: realidade ou utopia?” e se configura como sendo a segunda etapa da referida pesquisa sob o título “Condições de vida,

consumo alimentar e estratégias de enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional". A mesma foi aprovada pelo Comitê de Ética do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, nº 873.208.09.12, sob protocolo CAAE 5291.0.000.091-09.

A metodologia qualitativa foi a abordagem empregada para a realização da pesquisa. Para garantir o anonimato das famílias entrevistadas optou-se por codificar os distritos sanitários de Colombo por algarismos romanos (I, II, III, IV). Para realização das entrevistas houve necessidade da concordância e da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pela titular de direito do programa bolsa família.

Foram realizadas visitas domiciliares por família na qual durante a primeira entrevista foi abordada a percepção que os titulares de direito tinham em relação ao consumo alimentar, as principais formas de acesso aos alimentos, as preferências alimentares, as percepções sobre a qualidade da alimentação da família e as principais mudanças na alimentação ocorridas a partir do recebimento da TCR.

As entrevistas subsequentes objetivaram abordar as seguintes questões: a experiência de conviver com a fome, a frequência desta ocorrência, associando estes à situação de insegurança alimentar e nutricional. Também se buscou identificar quais as estratégias que a família utiliza para enfrentar a restrição qualitativa e/ou quantitativa de alimentos e questões acerca do cotidiano da vida na comunidade.

Foram entrevistadas 25 famílias, residentes nas áreas de abrangência de Unidades de Saúde dos três Distritos Sanitários de Colombo: US Osasco (DS Sede), US Guaraituba (DS Guaraituba) e US Maracanã (DS Maracanã). O número de famílias entrevistadas foi determinado pelo critério de saturação (GIL, 1995). Nesta técnica, a preocupação maior é com a completa compreensão do grupo estudado, no que diz respeito ao contexto social, no qual, o indivíduo está imerso.

Dois critérios principais foram adotados para orientar a escolha da amostra. O primeiro relaciona-se com uma maior representatividade espacial do grupo social estudado, o que influenciou no número de unidades de saúde onde o estudo seria realizado. Optou-se por entrevistar famílias titulares de direito

do PBF residentes em uma área de abrangência de cada um dos três Distritos Sanitários do município.

O segundo critério orientou quais unidades de saúde seriam escolhidas. Para ajudar na escolha das US que representariam cada distrito sanitário foram utilizados os dados de prevalência de Insegurança Alimentar (IA) gerados na pesquisa quantitativa. Dessa forma selecionou-se a US com maior prevalência de IA no estudo anterior (US Guaraituba – DS Guaraituba- 95% de IA), a US com maior prevalência de SAN (US Maracanã – DS Maracanã – 65% de IA) e uma US com uma prevalência de IA semelhante a média encontrada no município de Colombo (US Osasco – DS Sede – 79% de IA)".

Os critérios de inclusão da amostra da pesquisa foram os seguintes: ser titular de direito do Programa Bolsa Família; ter idade superior a 18 anos; ser residente nas áreas de abrangência dos Distritos Sanitários (DS) Osasco, Guaraituba e Maracanã; ter participado da etapa anterior da pesquisa (etapa de 2013). Os critérios de exclusão da amostra foram os seguintes: não ter mais vínculo com o PBF ou não residir mais na área de abrangência selecionada.

3 Resultados e discussão

No presente estudo, evidenciamos que 100% das titulares de direito entrevistadas são mulheres e 80% delas decidem sozinhas o que será adquirido com o dinheiro da TCR. Em 2008, um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) (2008), revelou que 94% das titulares também eram mulheres. Em um diagnóstico realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS) para a implementação do Plano Brasil Sem Miséria constatou-se que 93% das famílias inseridas no PBF eram chefiadas por mulheres (BRASIL, 2015). Esta prevalência do sexo feminino se deve ao fato de que o programa possuir a preferência de que a pessoa titular seja a mãe, já que se considera que esta possivelmente, teriam maior comprometimento com a utilização dos recursos sugerindo assim, que este seria gasto com a alimentação da família. Outro ponto a ser levantado é o fato de que esta renda possibilita uma relativa autonomia das mulheres, já que são elas que irão decidir onde e como aplicar o benefício. Após receber o benefício 48,8% das

mulheres se sentem mais independentes; 39,2% relataram aumento no poder de decisão em relação ao dinheiro da família; por fim, 34% começaram a comprar fiado ou crédito (CABRAL et al., 2013).

Seguindo a caracterização do perfil da titulares de direito, sobre o nível de escolaridade tem-se as seguintes informações (Tabela 1).

Tabela 1. Distribuição em percentual considerando as variáveis ano de estudo e nível de escolaridade das titulares de direito do PBF, Colombo, 2015.

Anos de estudo	Nível de escolaridade	% Titulares de direito
< 4	Sem escolaridade, sabiam apenas ler e/ou escrever	24
≥ 4 ≤ 8	Ensino Fundamental Completo ou Incompleto	60
≥ 8	Ensino Médio Completo ou Incompleto	16

Fonte: Os autores.

A menor escolaridade é um agravante na vulnerabilidade social destas famílias. Segundo Montali; Tavares (2008), o fato de não ter formação acadêmica resulta em situações de vulnerabilidade já que estas pessoas acabam acessando empregos com menores salários, culminando assim em piores condições de moradia, alimentação e saúde.

O arranjo familiar se apresenta como: 52% de casal com filhos e 36% monoparental feminino, ou seja, apenas a mãe arca com a responsabilidade de criar e manter os filhos. Nesta última situação, geralmente há sobrecarga de responsabilidades para as mães, pois caso receba alguma ajuda do ex-companheiro, possivelmente, esta - em geral - não é suficiente para sustentar a família. Por ser um programa de transferência de renda existem suposições de que este valor influenciaria e estimularia às mulheres a terem mais filhos, no entanto, numa análise usando dados do IBGE foi constatado que o número médio de filhos entre as mulheres mais pobres caiu 30%, no período de 2000 a 2010, enquanto no mesmo período a média nacional caiu 20% (BRASIL, 2015).

O rendimento familiar per capita médio foi de R\$186,67 sendo o maior rendimento per capita no valor de R\$441,33 e o menor foi a ausência total de rendimento algum. Foram relatadas duas situações nas quais as titulares de direito demonstraram receio

em falar qual o valor do salário de seu conjugue. A suposição é que os salários (dos companheiros) eram acima do permitido. Esta afirmativa foi comprovada quando mencionaram "sentir medo de perder o benefício". As mesmas relataram que a TCR é uma segurança para elas e os filhos em uma possível situação limite, por exemplo, o término do casamento, elas não ficariam sem esta renda para se manterem. Percebe-se que além da insegurança econômica, essas mulheres sentem-se inseguras em relação a duração de seu casamento o que demonstra a fragilidade da estrutura familiar em que vivem, levando-as a temer por elas e pelo futuro de seus filhos.

O gasto com aluguel é um dos fatores que influencia na renda familiar, sendo este citado por 20% das entrevistas, este valor certamente contribui para diminuir a qualidade da alimentação destas famílias. O valor médio da TCR que as famílias recebiam foi de R\$170,80 sendo R\$35,00 e R\$450,00 o menor e maior valor, respectivamente. Todas as famílias informaram o valor recebido mensalmente do PBF. Apenas duas famílias (8%) não apresentavam renda mensal e, portanto, viviam apenas com o dinheiro da TCR do PBF.

Relação com as compras e o consumo de alimentos

A TCR vem sendo ao longo dos anos uma estratégia eficiente no processo de diminuir a situação de vulnerabilidade alimentar, já que a grande maioria dos titulares de direito utilizam a renda para adquirir alimentos. Contudo, nem sempre o valor que se paga é suficiente para garantir o acesso a uma alimentação de qualidade e em quantidade. Rocha; Khan; Lima (2008), observaram em um estudo realizado no Ceará que o PBF tem importante papel como programa de curto prazo, impactando positivamente nos indicadores de saúde, estado nutricional e educação. Os mesmos verificaram que para cada R\$ 1,00 transferido para as famílias, R\$ 0,72 são gastos com alimentação. Outro estudo conduzido por Aires; Gomes; Esmeraldo (2011), com famílias rurais do Ceará, identificaram aumento na quantidade e no acesso aos alimentos, porém constaram que apenas o PBF não garante melhorias significativas nos índices de segurança alimentar. Já Assunção; Leitão; Inácio

(2012), demonstraram que a TCR possibilitou aumento no consumo de alimentos, principalmente no item carne, além de possibilitar a introdução de novos itens, por exemplo, alimentos ultra processados. No presente estudo o consumo de carne tende a diminuir durante o mês, devido ao seu alto valor.

No meio urbano, a principal forma das famílias terem acesso ao alimento é através da compra, mas para isso é necessário que haja renda suficiente (IBASE, 2008).

Diante da dificuldade desse acesso, as famílias fazem planejamento de onde comprar e em quais datas do mês, com o objetivo de obter maior economia. Das famílias avaliadas 52% realizam compra semanal, 56% fazem compra mensal e 28% intercalam entre semanal e mensal. As famílias que possuem uma maior renda, geralmente fazem uma compra grande no mês e vão repondo alimentos de rápido consumo, no caso frutas, verduras, carnes. Já as famílias mais carentes não têm condições de comprar a uma só vez, por isso vão comprando alimentos em quantidades menores em diversos mercados de acordo com as promoções anunciadas. Estas promoções são transmitidas pela mídia ou através de folhetos contendo os alimentos que estão com menor preço, possibilitando assim maior economia nas compras.

“[...] a gente compra o quanto a gente tem condição. Se eu tenho dinheiro, eu compro de 5 quilo. Quando eu tenho dinheiro pouco, eu vou lá e compro de 1 quilo, eu compro aos pouquinhos, que compra grande mesmo não dá [...]” (I-1).

Desse modo, as titulares de direito frequentam alguns mercados semanalmente comprando alimentos em menor quantidade e vão repondo durante o mês os alimentos que vão acabando. Outras famílias, devido a falta de recursos, utilizam outro meio para adquirir o alimento do mês. Neste caso em específico, compram cestas básicas de vendedores que passam em frente a suas casas, isso porque esses permitem que o parcelamento do pagamento (duas vezes). Este tipo de comércio é feito geralmente em períodos de grande necessidade financeira. A parte negativa deste tipo de compra é a impossibilidade da escolha dos alimentos, contrariando a opção por locais com preços mais acessíveis.

“[...] não, eu faço uma vez só, o grosso é uma vez só por mês. Daí as vezes eu compro uma carne, quando falta... a verdura. Daí a gente compra assim, separado. Mas a compra do feijão, arroz, macarrão, sabão, essas coisa é feita uma vez só [...]” (I-4).

“[...] eles traz aqui. É aqueles vendedor que vendem a R\$300,00 a cesta, que passam nas casas. Daí compra todo mês, dá pra 2 mês. Daí vem os brutos. Daí depois a gente vai comprando os mais leve, as bobeira [...]” (III-17).

Dentre as entrevistadas, 24% relatam fazer planejamento do que será comprado, para a maioria não é necessário fazer uma lista, já que estão acostumadas a comprar os mesmos alimentos. Estas listas permitem que as famílias se atenham aos alimentos que são realmente necessários, diminuindo assim os gastos com alimentos considerados supérfluos.

Durante as entrevistas, as titulares de direito mencionaram vários mercados da região nos quais realizam as compras, porém foram identificados dois principais, nos quais 32% optavam pelo supermercado A e 60% pelo B. Estes mercados, segundo as entrevistadas, possuem o menor preço da região, além de realizar promoções - por exemplo, estabelecem um dia na semana onde os itens de determinado gênero estarão com menor preço tais quais: “sexta da carne”, “quarta da verdura”, “terça do leite”. Desta forma, esta acaba sendo uma estratégia importante, já que é sabido de antemão quais alimentos estarão com menor custo em determinado dia.

A variedade e a qualidade dos alimentos também foram mencionadas como sendo um fator positivo para a escolha destes estabelecimentos. Outro aspecto que merece ser destacado é o “bom atendimento”, que também segundo, os relatos, influenciam. Estes mercados de bairro geram um maior vínculo com os moradores, vez que geralmente, os proprietários acabam estabelecendo relações de reciprocidade com seus clientes. Alguns dos mercados citados pelas famílias são mais próximos de suas residências e este fato facilita relações de solidariedade e em determinados casos permitem vender “fiado”, ou seja, a compra é feita sem cartão e/ou cheque e quando a pessoa tiver

dinheiro, paga. Neste tipo de mercado os preços são superiores quando comparados com comércios maiores, essa diferença, segundo o IBASE (2008), se deve ao menor poder de vendas.

Os principais alimentos comprados são arroz, feijão e macarrão, mencionados por 96%, 92% e 68% das entrevistadas. Em geral, optam por comprar estes alimentos mais básicos já que estes são considerados de primeira necessidade. Alguns alimentos as mesmas citaram que gostariam de poder comprar, mas devido a falta de recurso fica inviável.

“[...] ah... Um refrigerante, um iogurte de caixinha, daqueles de garrafa... Que bom que a gente pudesse ter, Mas não dá, [...]” (I-2).

“[...] assim... eu queria comprar pêra... uva *voz embargada* essas coisas diferente né? *continua falando, emocionada* Só que tem coisa que é caro, não dá. A gente tem que pegar só essas coisinha, às vezes uma laranja que tá 99 centavos, 1,00 real. Essas coisinha mais baratinha. [...]” (II-11).

Durante as entrevistas - em alguns momentos - as mulheres se emocionaram ao dizer que não tem condição financeira de comprar estes alimentos e dar aos seus filhos, trazendo-lhes sofrimento devido a impotência em realizar a vontade das crianças.

No decorrer do mês a maioria dos alimentos começa a faltar, sendo a carne o item mais citado. 28% relataram consumir carne principalmente na época de pagamento. Esta diminuição no consumo de carne se deve ao seu alto custo, já que com o dinheiro de 1Kg de carne é possível comprar os alimentos mais básicos, no caso arroz e feijão. Nestas situações, as famílias substituem a carne por verdura, ovos ou embutidos cárneos; outra opção adotada é fazer preparações com carnes apenas nos finais de semana ou na época de pagamento.

“[...] ah, tem vez que eu deixo a carne pra traz, que é muito caro... tá difícil pra trazer pra casa, tá difícil. Daí eu já vou pra outra coisa mais barata daí, aí eu já vou pra um empanado, um hambúrguer... daí lá às vez no sábado, no domingo daí eu compro uma carne vermelha. Daí a gente faz uma carne [...]” (I-4).

A data em que se recebe a renda (salário e/ou BF) é o período em que as famílias apresentam maior variedade de alimentos. Porém, é importante ressaltar que com o passar dos dias estes alimentos vão - obviamente - acabando permanecendo, assim aqueles mais básicos. Para muitas famílias, nem sempre é possível repor estes alimentos no momento que acabam e acabam por aprender a conviver com estes períodos de baixa variedade alimentar.

“[...] é... até chegar o pagamento já começa a acabar... vai acabando a carne... às vez acaba o sabão... já finaliza o óleo... e vai diminuindo. Daí chega no dia da compra a gente tá só no grosso, só no arroz com feijão *risos*. Mas faltar não falta, a gente vai dando um jeitinho até chegar de novo [...]” (I-4).

“[...] Ah, falta... geralmente falta, falta bastante coisa, que a gente já começa a ficar preocupado. Já tem que segurar o dinheiro pra ir comprando aquilo que vai faltando, pra poder dar tempo de chegar até o dia de comprar mesmo as ofertas. Mas é assim, falta sim [...]” (II-9).

A prioridade alimentar das famílias - para 90% delas - é garantir a presença do arroz e feijão. Ao dar prioridade a estes alimentos as entrevistadas relataram que são estes que lhes garantem maior saciedade. O IBASE (2008), em pesquisa realizada com titulares de direito do PBF verificou que o consumo declarado de arroz e feijão aumentou, principalmente, entre as famílias de mais baixa renda. Nesta mesma pesquisa, foi observado que as famílias priorizam a compra e o consumo de alimentos básicos e com menores preços, sendo estes capazes de propiciar a saciedade e garantir energia, pois são alimentos ditos "fortes".

Neste estudo, verifica-se situação semelhante em relação ao consumo de arroz e feijão, o que pode ser visto no depoimento das entrevistadas.

“[...] são alimentos que dão sustância [...]” (II-9).

“[...] são alimentos que dão mais saúde [...]” (II-10).

“[...] porque são alimentos que sustentam [...]” (II-14).

“[...] porque é o essencial para a alimentação [...]” (IV-24).

Resultados semelhantes a estes foram encontrados num estudo realizado em Alagoas com famílias que recebiam TCR, das quais, 71,1% optavam por comprar arroz e feijão. Ainda nesse estudo, pequena porcentagem das famílias comprava frutas e verduras, e a carne mais consumida era o frango, provavelmente devido ao menor valor quando comparado à carne vermelha (CABRAL et al., 2013).

Assistência alimentar

Das famílias entrevistadas 52% recebem algum tipo de ajuda alimentar de igrejas, vizinhos ou parentes e Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). Esta assistência é uma importante estratégia para as famílias que buscam ter acesso a outros tipos de alimentos. Esta prática é mais presente nas as famílias com maior nível de insegurança alimentar.

“[...] Porque a gente tem uma família muito unida graças a Deus. Tipo assim, se tem alguém na família com dificuldade eles ajudam, um com um quilo, outro com outro..quando você vê a alimentação já tá na casa, e não precisa nem falar pros outro [...]” (I-7).

“[...] Às vez a minha sogra me ajuda né, se ela pode [...]”. (III-21).

“[...] Daí o meu filho ajudando eu consigo, senão a gente não conseguia né? Que compra eu faço compra grande né, daí fora as mistura que faltam né, a gente vai comprando de pouco [...]”. (IV-25).

Este tipo de situação gera solidariedade e em algumas cidades são criadas redes de apoio para enfrentar essas situações de escassez alimentar (IBASE, 2008). Gerhardt; Nazareno (2002), identificaram que nos casos onde a família não reside próximo há o desenvolvimento de uma rede de caráter mais comunitário, nesse caso surgem diversas relações, dentre elas, clientelistas, paternalistas e de dependência. Sendo assim essas situações de vulnerabilidade econômica e social levam as famílias e comunidade a desenvolverem estratégias individuais e comunitárias, objetivando minimizar as dificuldades encontradas pelas mesmas. Neste estudo, Gerhardt; Nazareno (2002), também observaram que os moradores da ilha de

Franjas dividiam a cesta básica com os outros membros de sua rede, mesmo que isso significasse que os alimentos assim divididos não seriam suficientes por muito tempo.

No presente estudo as entrevistadas relataram situações que exemplificam este tipo de ajuda nos momentos de maior necessidade:

“[...] e a comunidade aqui é muito unida, esses dia mesmo teve uma vaquinha pra ajudar com um exame de um menino, cada um foi dando aquele que podia... e não é que ele fez o exame? E era um exame caro, menina. Os vizinho daqui não são vizinho, é uma irmandade, independente de religião, independente do que for. É uma... tipo uma comunidade. Na verdade é muito bom viver aqui, eu vivo aqui e gosto, é muito bom [...]” (I-7).

“[...] minha cunhada foi na igreja, uma pessoa que trabalha lá na igreja é... ficou com dó, e no mesmo dia ele veio, trouxe até uma caixa de leite [...]” (II-13).

“[...] Ah tipo assim, eu peço ajuda só né, para a igreja, parente, né, meus parente... Peço pros parentes me ajudar. É... quando eu vejo assim, que tá feio [...]” (III-15).

Quando os moradores se conhecem e são vizinhos há mais tempo, geralmente cria-se um vínculo de amizade e ajuda mútua nos momentos de maior necessidade. Em Colombo não foram identificado redes de apoio, as entidades que realizam este tipo de ajuda são principalmente as igrejas e os vizinhos. Já o CRAS foi lembrado por alguns participantes do PBF durante as entrevistas:

“[...] ó, eu não vou mentir... Essa semana é... E eu ganhei uma cesta básica (*riso curto, constrangido*) De fubá e tal, eu ganhei... É... porque... nessa semana eu tava bem apurada... Foi isso aí [...]” (III-15).

“[...] Às vez quando eu pego com a Agente Comunitária de Saúde, mas demora, leva um mês, dois mês... que a assistência social eles não ajudam direito, que nem ela falou, é uma ajudinha quando precisa. Daí eles vem, faz a pesquisa em casa, a assistente social, a gente aguarda. A gente pega lá(no CRAS)mas é bem difícil [...]”. (I-1)

Relação intra-familiar

Quanto às estratégias intra-familiares 60% das titulares relataram praticar alguma, dentre elas, controle da quantidade de alimentos, trabalho extra (faxina, "bico", crochê, jardinagem), preparação de alimentos com maior rendimento, horta caseira e venda de materiais recicláveis, tendo estas como objetivo contribuírem com a alimentação da família. Durante estes relatos a maioria das titulares de direito se emocionaram. Sobre Controle da quantidade de alimentos:

“[...] ah, a gente vai mantendo o que tem. O que tem a gente vai comendo, entendeu? [...]” (I-5).

“[...] Ah... a gente vai levando assim, por exemplo... Você faz menos comida, vai... vai tentando... diminuir pra segurar um pouco, né? *riso curto, constrangido*. Vai controlando pra não... pra não faltar [...]” (II-10).

No decorrer do mês a quantidade disponível de alimentos diminui, e assim é necessário economizar os que ainda restam, por exemplo, se escolhe preparar apenas um tipo de preparação. A situação mais grave é quando existe a necessidade de diminuir a quantidade de alimento que será servida - isso cabe, essencialmente, a quem porciona a comida no prato -, fazendo com o alimento e/ou preparação dure mais tempo (ou mais de duas refeições).

Sobre o trabalho extra (faxina, "bico", crochê):

“[...] Às vez procurava um serviço a mais, às fazer um... às vez eu fazia um crochê, fazia um trabalhinho assim pras pessoa [...]” (I-4).

“[...] ah, daí eu tenho que fazer alguma coisa... carpir, ou limpar a casa pra alguém, pra ganhar um extra pra poder comer [...]” (I-6).

Esta é uma prática comum que a maioria das famílias carentes realiza. Estes trabalhos informais comumente chamados por "bicos" permitem que o pagamento pelo serviço prestado geralmente seja efetuado no mesmo dia, o que possibilitará a compra de itens alimentícios.

Já sobre a preparação de refeições "mais simples" os relatos seguintes expressam como estas ocorrem no cotidiano

“[...] Se tem um arroz, faz um arroz. Se tem feijão eu faço um feijão. Se tem um viradinho vamos fazer um viradinho, vamos comer... É assim, entendeu, é a rotina que tem. Se tem trigo, faço um bolinho, entendeu? [...]” (I-5).

“[...] sopa de ovo... Sabe o que é sopa de ovo? É assim, põe o ovo na água e põe a farinha e vai mexendo, daí faz um mingauzinho e dá pros filho comer [...]” (III-17).

No período que a dispensa começa a esvaziar as entrevistadas relataram praticar diversas estratégias a fim de garantir a alimentação da família, nestas situações é comum usar farinha de trigo, fubá, pois estes aumentam o volume da preparação, ou seja, apresentam maior rendimento após o preparo.

Convém referenciar outras estratégias, como por exemplo, a Horta caseira. A entrevistada II-9 conta que costuma plantar verduras no quintal para diversificar a alimentação da família, e que esse é um hábito que ela trouxe do interior.

“[...] Tem a couve, abóbora, milho, quiabo. São assim, verdura bem... a couve eu vou lá e toso, quando ela tá bonitinha eu vou lá... às vezes só tem o talo. Quando eu passo numas casa e tem umas couve bonita, eu penso, lá em casa só tem o talo. E às vezes, o feijão, que se você semear o feijão nasce aquelas vaginha (vagem). [...]” (IV-22).

“[...] Tudo aqui tem. Tem milho, tem abóbora, tudo o que você imaginar tem, quiabo, tudo que no quintal você tira e faz, né [...]” (IV-24).

A minoria das famílias relatou fazer o plantio de verduras em casa para o próprio consumo, por exemplo, couve, alface, tomate, sendo assim é incomum a presença de hortas nas residências. No entanto, esta poderia ser uma estratégia que o poder público poderia assumir como prioritária, especialmente, para as famílias inseridas no PBF, já que haveria a possibilidade de produzir algumas variedades para complementar a alimentação. Esta estratégia poderia inclusive, pautar a cessão de máquinas e equipamentos, sementes e mudas e, obviamente o apoio técnico. A falta de produção de alimentos foi observada pelo IBASE (2008), o qual mostrou que 20,8% das famílias beneficiárias do PBF plantavam algum tipo de alimento ou criavam

animais para o consumo, destes alimentos 78,3% eram destinados ao auto-sustento familiar.

Outra estratégia pela busca de melhores condições de vida relatada foi a venda de materiais recicláveis, sobre esta constatação, os seguintes relatos corroboram esta constatação:

“[...] É... hoje mesmo ele (marido) pegou e vendeu duas geladeira velha, pra comprar leite, um macarrão porque as criança adora macarrão que Deus o livre, e... mais... e só isso [...]” (I-3)

“[...]Agora a pouco ele (o sobrinho) foi vender umas coisa pra comprar, pra comer né? Vender, aqueles ferro velho ele foi vender, pra comprar as coisa pra ele comer [...]” (I-6).

A venda deste tipo de material é outra prática comum que as famílias com maior dificuldade financeira. Tipos diferentes de material, por mais barato que seja, irá possibilitar a compra de algum item para compor a alimentação. Já em situações extremas, outras práticas são realizadas como a venda de um móvel e/ou equipamento da casa, em geral, estes foram adquiridos com muita dificuldade (GERHARDT, NAZARENO, 2002).

4 Conclusão

A Transferência Condicionada de Renda (TCR) tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida das famílias - aqui representadas pelas mulheres, sujeitos desta pesquisa. Porém, ainda assim, a insegurança alimentar se faz presente nestas famílias. Foi recorrente nos relatos das entrevistadas que no decorrer do mês a quantidade de alimento diminui e algumas convivem com situações mais graves de insegurança alimentar.

Em relação às estratégias utilizadas pelas titulares de direito para garantir a alimentação da família, as categorias encontradas foram: relação com as compras, presença de instituições assistenciais ou comunitárias e estratégias intra-familiares.

O planejamento das compras de alimentos foi a principal estratégia empregada na tentativa de garantir uma melhor alimentação ganhando importância a pesquisa de preços entre os mercados, a compra de alimentos conforme as ofertas

anunciadas e a priorização de alimentos básicos, sendo estes indispensáveis para a saciedade dos membros da família.

Na categoria "Assistência Alimentar" foi relatado o recebimento de algum tipo de ajuda alimentar de igrejas, CRAS, vizinhos ou parentes. No município de Colombo foi identificada redes consideradas "oficiais" ou institucionalizadas, o que se constatou, no entanto, foi caracterizada como sendo "rede de solidariedade entre os vizinhos", contando com a participação de algumas entidades religiosas (igrejas) as quais às famílias em vulnerabilidade social frequentam.

Em virtude da situação de insegurança alimentar vivenciada pela maioria das famílias, em 60% das entrevistadas elas relataram praticar alguma estratégia intra familiar para possibilitar a compra de alimentos em situação de necessidade ou aumentar o rendimento dos mesmos, sendo que as principais estratégias citadas foram, controle da quantidade de alimentos, trabalho extra (faxina, "bico", crochê, jardinagem), preparação de alimentos com maior rendimento, horta caseira e venda de materiais recicláveis.

É necessário, portanto, que além da TCR outras políticas e programas governamentais sejam criadas para que possam contribuir para a segurança alimentar e nutricional destas famílias. Em específico para o município estudado é necessário que o CRAS realize acompanhamento das famílias em situação de maior vulnerabilidade social, é fundamental que este contato seja de maneira empática, respeitando a cultura das famílias, os hábitos e acolhendo aqueles que mais necessitam. Apesar do PBF materializar certo "alívio imediato" da pobreza quanto no incentivo à emancipação das famílias, é preciso que estas também possam ter acesso à formação/qualificação para o trabalho, sem desconsiderar, obviamente, o acesso aos demais bens e serviços que são de inteira responsabilidade do Estado como: educação de qualidade, moradia digna, saúde, segurança pública para que as mesmas possam se desenvolver em sua totalidade e, assim, projetar uma sociedade mais justa e protagonista.

Referências

- AIRES, K. S.; GOMES, D. S.; ESMERALDO, G. G. S. L. **Bolsa Família como Política Pública no Assentamento Rural: Contribuições para a Segurança Alimentar**. In. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís/Maranhão, 2011.
- ASSUNÇÃO, V. K.; LEITAO, M. R. F. A.; INACIO, P. H. D. Comer mais e melhor: Os impactos do programa Bolsa Família na alimentação de famílias de pescadores artesanais de Pernambuco. **Amazônica**, v. 4, n. 2, P. 336-353, 2012.
- BRASIL. Lei n.º 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 179, 18 set. 2006. Seção 1, p. 1-2.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Bolsa Família**. Brasília: MDS, 2011.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **A importância das condicionalidades**. Bolsa Família Informa. nº 456, 2015.
- CABRAL, M. J.; VIEIRA, K. A.; SAWAYA, A. L.; TOLETO, T. M. M. Perfil socioeconômico, nutricional e de ingestão alimentar de beneficiários do Programa Bolsa Família. **Estudos avançados**, v. 27, n. 78, p. 71-87, 2013.
- CARTIER, R.; BARCELLOS, C.; HUBNER, C.; PORTO, M. F. Vulnerabilidade social e risco ambiental: uma abordagem metodológica para avaliação de injustiça ambiental. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, n. 12, p. 2695-2704, dez, 2009.
- GERHARDT, T.E.; NAZARENO, E. R. Diálogo entre a epidemiologia e a antropologia nas questões de saúde. In. RAYNAUTET, C. et al. **Desenvolvimento e meio ambiente: em busca da interdisciplinaridade**. Pesquisas urbanas e rurais. Curitiba: UFPR/Unesco, 2002. p. 103-125.
- GIL, AC. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- IBASE. INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (Ibase). **Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiadas**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ibase.br/userimages/ibase_bf_sintese_site.pdf>
- MAHAN, L. K.; ESCOTT-STUMP, S.; RAYMOND, J.L. **Krasuse - Alimentos, Nutrição e Dietoterapia**. 13. ed. São Paulo: Roca, 2010.
- MONTALI, L.; TAVARES, M. Família, pobreza e acesso a programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 25, n. 2, p. 211-231, jul/dez, 2008.
- MONTEIRO, F. **Segurança alimentar e nutricional de crianças menores de cinco anos: um desafio para o Programa Bolsa Família**. 145 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Alimentar e Nutricional) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- OLIVEIRA, J.S.; LIRAL, P.I.C.; ANDRADE, S. L. L. S.; SALES, A. C.; MAIS, S. R.; BATISTA FILHO, M. Insegurança Alimentar e estado nutricional de crianças de São João do Tigre, no semi-árido do Nordeste. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 12, n. 3, p. 413-423, 2009.
- ROCHA, L. A.; KHAN, A. S.; LIMA, P.V.P.S. **Impacto do Programa Bolsa-Família Sobre o Bem-Estar das Famílias Beneficiadas no Estado do Ceará**. IV Encontro Economia do Ceará em Debate. Fortaleza: IPECE, 2008, 16p.
- TADDEI, J. A.; LANG, R. M. F.; SILVA, G. L.; TOLONI, M. H. A. **Nutrição em Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Rubio, 2012.
- VALENTE, F. L. S. Do combate à fome à segurança alimentar e nutricional: o direito à alimentação adequada. **Revista de Nutrição, Campinas**, v. 10, n. 2, p. 20-36, Jan./Jun. 1997.